MEC cria 100 institutos federais, 12 em SP; serão 140 mil novas vagas

Lista tem Jardim Ângela, Cidade Tiradentes, Cidade de Deus e Complexo do Alemão; investimento é de R\$ 2,5 bilhões

PAIII A FERREIRA SOFIA AGUIAR

O governo federal anunciou ontem a criação de 100 novos câmpus de institutos federais. Com a medida, o Ministério da Educação (MEC) criará 140 mil novas vagas, a maioria em cursos técnicos integrados ao ensino médio. Conforme o governo, serão investidos R\$ 2,5 bilhões para a construção das unidades por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Haverá ainda um investimento de R\$ 1,4 bilhão para incrementar a estrutura das unidades que já existem. O dinheiro será usado para construção de refeitórios, bibliotecas, quadras esportivas e salas de aula, além da aquisição de equipamentos.

Atualmente, a rede federal tem 656 câmpus em todo o País. Gestores, porém, têm apontado a demanda de mais verba diante das restrições orçamentárias dos últimos anos e do ingresso de mais alunos de camadas vulneráveis, com a expansão das cotas. O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que essa política será uma ferramenta para ampliar o número de matrículas na educação técnica. Segundo ele, as novas unidades terão um patamar obrigatório mínimo de matrículas. "A lei que

Os locais

Nordeste

BA: Santo Estevão: Ribeira do Pombal; Itabuna; Macaúbas; Poções; Salvador; Ruy Barbo-PE: Goiana; Santa Cruz Capibaribe; Recife; Araripina;

Águas Belas; Bezerros; CE: Fortaleza (2); Cascavel; Mauriti; Campos Sales; Lavras de Mangabeira;

MA: Chapadinha; Colinas; Balsas; Amarante do Maranhão; PB: Mamanguape; Sapé; Queimadas:

RN: Touros; São Miguel; Uma-

PI: Barras; Esperantina; Altos; AL: Girau do Ponciano; Mata Grande; Maceió;

SE: Japaratuba: Aracaju.

Sul

PR: Maringá; Araucária; Cianorte; Cambé; Toledo; RS: Caçapava do Sul; São Luiz Gonzaga; São Leopoldo; Porto Alegre; Gramado; SC: Tijucas; Campos Novos;

Sudeste

SP: São Paulo (Jardim Ângela,

aprovamos define pelo menos que cada unidade deve ofertar 50%. Esse é o acordo que estou fazendo com reitores: todos terão que ter no mínimo 80% das matrículas em ensino técnico profissionalizante."

O cronograma de construcão e de operação não foi detalhado. Anteriormente, o governo chegou a falar que os novos na zona sul, e Cidade Tiradentes, na zona leste); Osasco: Santos; Diadema; Ribeirão Preto; Sumaré; Franco da Ro cha; Cotia; Carapicuíba; São Vicente: Mauá:

MG: João Monlevade; Itajubá; Sete Lagoas; Caratinga; São João Nepomuceno; Belo Horizonte: Minas Novas: Bom Despacho;

RJ: Rio de Janeiro (Cidade de Deus e Complexo do Alemão): Magé: Belford Roxo: Teresópolis; São Gonçalo; ES: Muniz Freire.

Norte

PA: Barcarena; Redenção; Tailândia; Alenquer; Viseu; AM: Santo Antônio do Içá; Manicoré:

RO: Butiritis; TO: Tocantinópolis; AC: Feijó; AP: Tartarugalzinho; RR: Rorainópolis

Centro-Oeste

GO: Cavalcante: Porangatus Quirinópolis: MT: Água Boa; Colniza; Cana-DF: Sol Nascente: Sobradi-

MS: Paranaíba; Amambaí.

institutos poderiam funcionar já a partir de 2026. A lista de áreas beneficiadas inclui Jardim Ângela e Cidade Tiradentes, na capital paulista, e Cida-

de de Deus e Complexo do Alemão, no Rio. São Paulo terá o maior número de municípios beneficiados com a criação dos institutos. Considerando as Regiões do País, o Nordeste terá o maior número de unidades, com 38 novos câmpus. Segundo especialistas, a ampliação das vagas do ensino técnico é fundamental para dar mais oportunidades aos jovens e conectar a formação das novas gerações com o mercado.

O Brasil está entre os cinco países com menor taxa de matriculados na educação profissional, considerando 45 nações analisadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OC-DE), No Brasil, só 10% dos alunos cursam o técnico, quando a taxa é de 68% na Finlândia e de 40% na Alemanha.

REAÇÕES. Pós-doutorando em Educação na Universidade Stanford, Gustavo Moraes afirma que, apesar das dificuldades orçamentárias ocorridas nos últimos anos, a rede federal de ensino profissional presta um servico de excelência no Brasil. Segundo ele, é preciso qualificar o sistema aprimorando alguns aspectos, como o fornecimento de formação continuada para os professores, uma vez que atuam em geral em modelo de dedicação exclusiva, o que acaba restringindo o contato com o mercado. "Isso, muitas vezes, tem efeito colateral. O professor não pode estar dentro do mundo do trabalho, porque está restrito à atividade da docência", disse ele, também pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep).

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Cefet-RJ, Álvaro Chrispino afirma que a criação dos institutos federais garantiu o crescimento dos locais onde foram inseridos e reduziu o êxodo de jovens para cidades grandes em busca de oportunidades. E afirma que a expansão do modelo é uma política pública importante, mas pondera que é preciso garantir a ampliação orçamentária para garantir a qualidade das unidades já existentes. "Se não houver incremento no orçamento para essa despesa e para a reposição dos salários para os outros servidores, é um ponto sensível."

De acordo com o professor, o governo precisará criar mecanismos para atrair professores qualificados. "Imagine que haia no interior de um Estado um instituto federal, o governo abre concurso e coloca exigência de doutorado para docente. Essa é uma dificuldade, porque a carreira pede isso. Alguém que tenha sido formado num grande centro terá disposição para se fixar no interior? Esse é sempre um desafio", avalia Chrispino .

Orcamento atual

Os institutos federais têm orçamento aprovado 7,5% menor do que o disponível em 2023; são R\$ 2,48 bi

MENOS VERBA. Dados compilados pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) mostram que, em 2024, ex-cluindo as despesas com pagamento de pessoal, os institutos federais têm orçamento aprovado cerca de 7.5% menor do que o disponível em 2023. Neste ano, são R\$ 2,48 bilhões para essas instituições ante R\$ 2,68 bilhões em 2023. O governo havia encaminhado ao Congresso projeto com previsão de R\$ 2,5 bilhões para os institutos federais neste ano. mas a quantia foi reduzida no Legislativo. Os valores considerados incluem recursos para custeio das atividades, co-mo pagamento de água, luz e outras; investimento, como obras; e assistência estudantil. "Necessitamos de forma urgente de recomposição orçamentária na rede, além da melhoria da Política de Assistência Estudantil, para alimentação e transporte escolar. Infelizmente, temos jovens que ainda passam fome e fazem a única refeição do dia em nossas instituições", afirmou o presidente do Conif, Elias

'É positivo, mas modelo precisa ser repensado para ser mais eficiente'

ENTREVISTA

ROBERTA JANSEN

ara a especialista em Educação Cláudia Costin, presidente do Instituto Singularidades de Ensino Superior, a iniciativa é positiva "por expandir e interiorizar" a rede de ensino técnico. "Mas, o modelo precisa ser repensado para ser mais eficiente", afirmou, em entrevista ao Estadão

Como recebeu o anúncio da criação de 100 câmpus de institutos federais em todo o País?

Naturalmente é positivo, não só por expandir a rede do técnico, mas por interiorizá-la. Acho, no entanto, que precisamos repensar um pouco o modelo do ensino técnico.

De que forma?

Hoje, temos um porcentual baixo de alunos no ensino técnico. Atualmente, quem frequenta o ensino técnico é, predominantemente, o aluno que

quer se preparar para a universidade e não exatamente o que quer fazer o ensino técnico. Isso ocorre porque o ensino técnico, em geral, é em tempo integral, tem professores mais bem remunerados, infraestrutura melhor e acaba atraindo os alunos da escola pública – e também de privadas - que querem se preparar para o vestibular. As provas para entrar geralmente são concorridas, mas acaba que a seleção não passa pelo interesse no curso em si.

Mas não é válido que o aluno queira a universidade?

Claro, não é que não possa fa-zer faculdade depois. Mas gosto, por exemplo, do modelo da Coreia do Sul, em que há ensino técnico de tecnologia de ponta no nível médio. Se o aluno fizer o curso, que tem alta empregabilidade, e trabalhar três anos na área, ele pode entrar direto no curso superior da Engenharia correspondente sem precisar participar do temido vestibular coreano. Outra coisa importante é o modelo dual, em que o processo do ensino técnico dialoga com mundo do trabalho, em que a formação é feita nas escolas e nos laboratórios, mas também dentro das empresas. Esse modelo é comum na Áustria, na Alemanha e na Suécia.

Quais são os principais desafios da interiorização? Será preciso pensar no desen-

volvimento local, nas áreas mais importantes. Quando se fala em ensino técnico, pouca gente fala do agronegócio, por exemplo, área em que o Brasil avança com muita tecnologia.

Ainda há muito preconceito com o ensino técnico? O que precisa ser feito?

Precisamos mudar essa visão. O ensino médio técnico pode ser uma forma de postergar a faculdade e, ao mesmo tempo, já trabalhar na área, ganhando conhecimento prévio e dinheiro. Poderia até haver uma política no sentido de usar alguns créditos no ensino superior.

CLÁUDIA COSTIN É PRESIDENTE DO INSTITUTO SINGULARIDADES DE ENSINO SUPERIOR

